

Senadores aprovam projeto que estabelece novo prazo para repatriação de recursos



VAI À SANÇÃO PRESIDENCIAL o projeto que reabre o prazo para repatriação e regularização de ativos (bens, valores, créditos e direitos) mantidos no exterior e não declarados. A matéria foi aprovada nesta terça-feira (14), em votação simbólica, na forma do substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 1/2017) ao PLS 405/2016.

Proposta que legaliza a união estável homoafetiva será apreciada na CCJ



O *PROJETO* da senadora Marta Suplicy (SP) que permite o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo (PLS 612/2011) deve passar por nova votação nesta quarta-feira (15), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Deputados debatem sobre experiências de outros países na Previdência Social



A *COMISSÃO ESPECIAL* que analisa a reforma da Previdência (PEC 287/2016) promoveu nesta terça-feira um seminário internacional para analisar as experiências de outros países em Previdência Social.

Também na terça-feira, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, reuniu o presidente e o relator da comissão especial que analisa a reforma da Previdência na Câmara – os deputados Carlos Marun (MS) e Arthur Maia (PPS-BA). Os parlamentares conversaram com lideranças e técnicos do governo sobre a necessidade de aprovar a proposta. Participaram da reunião o líder do governo no Congresso, André Moura (PSC-SE), o líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR), o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e o líder da maioria na Casa, Lelo Coimbra (ES).

Na reunião, Padilha reiterou que a proposta é fundamental para estabilizar o déficit da Previdência. Na trajetória atual, a despesa inviabilizaria os investimentos em 2024.

Partidos definem nesta quarta-feira quem vai presidir comissões permanentes na Câmara

FOI ADIADA para essa quarta-feira (15), às 9 horas, a definição sobre quais partidos ou blocos parlamentares vão presidir cada uma das 25 comissões permanentes da Câmara.

Pelo acordo firmado entre líderes partidários, a instalação das comissões, com a eleição de presidentes e de vice-presidentes, ocorrerá nesta tarde.

Programa ID Jovem está a todo vapor pelo Brasil

O *PROGRAMA ID JOVEM* está cadastrando jovens em todo o Brasil. O ID dá acesso gratuito ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, garante meia entrada em eventos culturais e esportivos e assegura isenção da taxa na hora de fazer a Carteira de Identificação Estudantil para jovens entre 15 e 29 anos e que tenham uma renda familiar de até dois salários mínimos (R\$ 1.874,00), independente de serem estudantes ou não.

Para ter direito ao benefício, o jovem também precisa estar inscrito no CadÚnico (Cadastro Único para programas sociais do governo federal), e ter o número do NIS (Número de Identificação Social), que está no Cartão Cidadão, no extrato do FGTS ou na Carteira de Trabalho.

A meia-entrada é válida para eventos artístico-culturais e esportivos. No caso de viagens interestaduais de ônibus, os cadastrados têm direito a gratuidade ou desconto: são disponibilizadas duas vagas com 100% de desconto e outras duas com 50% de desconto em cada viagem nas empresas de transporte.

Para mais informações: www.juventude.gov.br



CÂMARA

Elcione Barbalho organiza concurso de fotos pelos 10 anos da Lei Maria da Penha



Deputada Elcione Barbalho (PA)

Foto: Antonio Araújo/Câmara dos Deputados

A **PROCURADORA** da Mulher da Câmara, deputada **Elcione Barbalho (PA)**, organizou um concurso de fotografia pelos 10 anos da Lei Maria da Penha, em parceria com o Banco Mundial. Em sua quinta edição, o concurso buscou retratar os efeitos sociais, culturais e psicológicos da lei (11.340/2006) que estabelece os mecanismos para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher.

“Fotografia de mulheres que conseguiram superar as violências vividas e passaram a se apropriar de seus direitos. O papel de vocês, como cidadãos e fotógrafos profissionais ou não, é essencial para a nossa luta de conscientização”, disse Elcione Barbalho durante a entrega dos prêmios, na última quinta-feira (9).

Os vencedores do concurso foram premiados com troféus, e as suas fotos serão publicadas em livros, que serão distribuídos em museus e em feiras itinerantes do Brasil e de vários países. As fotos também serão distribuídas em 3 mil escolas brasileiras e estão expostas na Câmara dos Deputados. Quem quiser ver as fotos do concurso, pode acessar a galeria no site www.concursoleimariadapenha.com.br.

De acordo com a **Agência Câmara**, houve 881 fotos concorrentes, que trataram de “empoderamento feminino e superação da violência”. Seus autores foram divididos em duas categorias: jovens, de 14 a 17 anos de idade; e adultos, acima de 18 anos. Foram premiados os três primeiros colocados de cada categoria e concedidas 15 menções honrosas.

CÂMARA

Projeto de Valdir Colatto institui Política Nacional de Fauna

O **DEPUTADO Valdir Colatto (SC)** apresentou o projeto de lei (PL 6268/2016), que institui a Política Nacional de Fauna. A matéria está em análise na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara.

Valdir Colatto quer, segundo ele, preencher o vazio na legislação que versa sobre o controle sustentável da fauna silvestre e exótica do Brasil. Os principais objetivos do projeto são preservar a integridade do patrimônio genético e da diversidade biológica do país, fortalecer a soberania nacional no que toca à diversidade biológica e, em caso de redução ou perda de diversidade biológica, evitar danos à saúde humana.

Segundo o autor, as áreas de florestas se misturam com as das cidades e isso exige

CÂMARA

Valtenir Pereira defende amplo debate sobre atribuições de agentes comunitários

O **DEPUTADO Valtenir Pereira (MT)**, relator do projeto de lei (PL 6537/2016) que estabelece as atribuições das profissões de agente comunitário de saúde e de agente de combate a endemias, defende discussão aprofundada sobre a matéria.

“Pretendemos oportunizar amplo debate, buscando aprofundar o entendimento do tema e subsidiar adequadamente as decisões que serão tomadas durante os trabalhos”, disse.

O projeto está em análise em Comissão Especial da Câmara, que



Deputado Valdir Colatto (SC)

Foto: Igo Estrela/PMDB

uma legislação específica. O projeto também estabelece que o Poder Público Federal venha a prever e regulamentar o manejo, controle e o exercício de caça.

deverá definir plano de trabalho logo após a escolha dos vice-presidentes do colegiado, em reunião nesta quarta-feira (15).

O PL 6537 altera a Lei 11.350/2006 – que regulamenta as profissões dos agentes de saúde e de combate a endemias – para identificá-las precisamente. O PL ainda redefine as atribuições dos agentes, diferenciando-as em atividades privativas, supervisionadas, integradas e compartilhadas. O texto trata também da formação profissional e das condições e tecnologias para cursos de aprimoramento na área.

SENADO

CCJ vota, em turno suplementar, projeto que reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo

CONSTA DA PAUTA da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desta quarta-feira (14) o Projeto de Lei do Senado (PLS) 612/2011, de autoria da senadora **Marta Suplicy (SP)**, que reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo. A proposta já foi aprovada na semana passada, mas precisa ser submetida a um turno extra de votação por ser um substitutivo.

O projeto que legaliza o casamento homossexual muda o texto do Código Civil reconhecendo como entidade familiar a união entre duas pessoas, de forma pública, contínua e com o objetivo de constituir família. Atualmente, o Código Civil reconhece como entidade familiar “a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. Com o projeto, a lei será alterada para estabelecer como família “a união estável entre duas pessoas”, mantendo o restante do texto do artigo.

Marta Suplicy apresentou a proposta para adequar a lei à decisão do Supremo

SENADO

Airton Sandoval vai trabalhar para melhorar condições de arrecadação dos municípios

EM ENTREVISTA para a *Rádio Senado*, o senador **Airton Sandoval (SP)** afirmou que dedicará o seu mandato a fortalecer a capacidade de arrecadação dos municípios, em especial durante a discussão da reforma tributária, que o governo estuda encaminhar para o Congresso Nacional.

Primeiro suplente de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), licenciado do Senado para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores, o peemedebista foi vice-presidente da Frente Municipalista Nacional e tomou posse no Senado na última quinta-feira (8). Ele também defendeu as reformas trabalhista e da Previdência, que estão em discussão na Câmara.

“O mais importante hoje são as reformas que o país necessita. Eu quero atuar bastante em todas as áreas. Mas a

SENADO

Sancionada lei que torna Blumenau Capital Nacional da Cerveja

A **CIDADE DE BLUMENAU**, no estado de Santa Catarina, passou a ser oficialmente a Capital Nacional da Cerveja. O título foi conferido ao município pela Lei 13.418/2017, sancionada em cerimônia no Palácio do Planalto na quinta-feira (9) pelo presidente **Michel Temer** e publicada na sexta-feira (10) no Diário Oficial da União.

Durante a cerimônia, Temer afirmou que o título ajudará a gerar empregos, renda e reconhecimento ao município catarinense. “Nós precisamos dessa produção industrial acentuada, nós precisamos do turismo. Nós sabemos que Blumenau também é um centro turístico extraordinário, especialmente agora quando a economia começa a respirar”, disse.

O presidente também destacou a tradição cervejeira da cidade. “Ganham os

Tribunal Federal, de 2011, que reconheceu os direitos civis dos casais homossexuais. A peemedebista comemorou a aprovação da matéria. “Pra mim é uma coisa muito emocionante porque finalmente nós conseguimos aprovar por unanimidade no Senado, com uma emenda do senador Requião e a partir disso nós temos convertido em lei o casamento homoafetivo”, disse.

O relator, senador **Roberto Requião (PR)** ampliou o relatório para substituir as expressões “marido e mulher” e “homem e mulher”, ao se referirem ao casamento civil e à união estável, por “cônjuges”, “duas pessoas” ou simplesmente “casal”. “É possível notar a percepção que vem se consolidando relativamente ao reconhecimento dos direitos que têm esses parceiros de expressar a sua autonomia de vontade no plano da sua orientação sexual. Esse reconhecimento passa pela interpretação que o Supremo Tribunal Federal deu à Constituição Federal, que Constituição não interdita a formação da família por pessoas do mesmo sexo”, declarou.



Senador Airton Sandoval (SP)

Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

minha história e o meu ideal sempre foram voltados ao fortalecimento dos municípios. Quero atuar bastante na Reforma Tributária no sentido de melhorar as condições de arrecadação dos municípios, de forma que eles tenham recursos suficientes para cumprir as suas funções. Esse é um esforço que vou fazer neste curto período em que estarei no Senado”, declarou Sandoval.

blumenauenses com empregos, renda e reconhecimento, que em matéria de arte cervejeira, não perdem para ninguém”, completou.

A sanção da lei também foi comemorada em Plenário pelo senador **Dário Berger (SC)**, que lembrou que uma das maiores festas brasileiras acontece exatamente em Blumenau, a *Oktoberfest*, que surgiu para unir a sociedade após uma grande tragédia que aconteceu em função das enchentes naquela região. “Um ato simples e singelo, mas de repercussão social, política e turística muito importante para Santa Catarina, especialmente para Blumenau. [...] Eu quero me congratular com todo o povo de Blumenau por essa conquista, na certeza de que esse será um marco importante do desenvolvimento turístico daquela região”, destacou.

CONGRESSO

Vai à sanção projeto sobre repatriação de recursos mantidos no exterior

APÓS ACORDO na reunião de líderes, o Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (14) o substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 1/2017 ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 405/2016, que reabre o prazo para repatriação de recursos mantidos ou enviados ilícitamente para o exterior.

De acordo o texto aprovado, o prazo para a repatriação passou de 38 para 120 dias, que serão contados a partir da data de regulamentação da matéria pela Receita Federal. O patrimônio a ser declarado será aquele em posse do declarante em 30 de junho de 2016. A data prevista no texto inicial era dezembro de 2015. As mudanças serão feitas na Lei 13.254/2016.

A tributação total também mudou. Enquanto a primeira versão aprovada no Senado previa 17,5% de Imposto de Renda e 17,5% de multa, o novo texto estabelece 15% de imposto e 20,25% de multa. Dos valores arrecadados com a multa, 46%

serão repartidos com os estados e os municípios por meio dos fundos de participação (FPE e FPM). O texto antigo previa 49%.

Para o contribuinte que aderiu ao programa de regularização até 31 de outubro do ano passado, o texto permite complementar a declaração, pagando os novos tributos sobre o valor adicional e convertendo os valores dos bens pela cotação do dólar do último dia de junho de 2016.

Para as novas adesões, a cotação do dólar a ser usada para conversão dos valores dos bens será desvantajosa em relação à primeira versão do programa, pois, naquela época, foi usada a cotação de 31 de dezembro de 2014, de R\$ 2,656 por dólar. A nova cotação, de 30 de junho de 2016, é de R\$ 3,21 por dólar, o que aumenta a base de cálculo sobre a qual será aplicado o tributo total, também maior.

O presidente do Senado, **Eunício Oliveira (CE)**, também incluiu na pauta do



Plenário do Senado durante sessão deliberativa ordinária.

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Plenário o Projeto de Lei do Senado (PLS) 174/2016, que impede a criação de franquias para o uso de internet banda larga fixa (devido às quais é cortado o fornecimento do serviço após o alcance do limite estabelecido) e o PLS 513/2013, que altera a Lei de Execução Penal. Ambos os projetos tiveram pedido de urgência aprovados.

Também foi debatido em sessão extra o 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 111/2015, que veda a edição de medidas provisórias que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

OUTROS PROJETOS – Também devem ser analisados pelo Plenário três projetos: o PLS 288/2016, que altera a Lei Kandir para regulamentar a compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios por causa da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens primários e semielaborados e da concessão de crédito nas aquisições destinadas ao ativo permanente; o PLS 464/2011, que amplia o prazo de interdição de farmácias e distribuidoras envolvidas em adulteração de medicamentos e cosméticos; e o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 106/2014, que regulamenta o exercício da profissão de detetive particular.

Projeto de Raupp que modifica gestão dos fundos de pensão é destaque na Câmara

O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 268/2016, de autoria do senador **Valdir Raupp (RO)**, é um dos destaques na pauta semanal da Câmara. O texto, aprovado na CPI dos Fundos de Pensão em 2016, cria novas regras para escolha e atuação de diretores-executivos e conselheiros de fundos fechados de previdência complementar vinculados a entes públicos e suas empresas, fundações ou autarquias.

A CPI dos Fundos de Pensão apurou prejuízo de R\$ 113,4 bilhões, com a desvalorização de ativos de quatro fundos no período de 2011 a 2015. Um dos objetivos do projeto é exatamente coibir abusos e reforçar mecanismos de fiscalização internos na gestão dos fundos.

O projeto aumenta as restrições para escolha dos diretores-executivos dos fundos

de pensão, responsáveis por tomar decisões sobre os investimentos que ampliam os recursos da previdência complementar necessários ao pagamento dos benefícios para os participantes.

A principal mudança é a criação da figura dos conselheiros independentes, que passariam a integrar tanto os conselhos deliberativos quanto os conselhos fiscais dos fundos de pensão. Para evitar desvios de finalidade na gestão dos fundos de pensão, o projeto define também uma série de critérios para nortear a escolha dos seis membros que irão compor os conselhos deliberativo e fiscal dos fundos de pensão. Os conselheiros, por exemplo, não poderão ter sofrido condenação transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado por crime contra o patrimônio público, crime



Plenário da Câmara.

Foto: Nilson Bastian/Câmara dos Deputados

de lavagem ou ocultação de bens, entre outros.

CRIMES DE PIRATARIA – O Projeto de Lei 333/1999, que aumenta penas para crimes de pirataria, também foi incluído na pauta do Plenário da Câmara. Segundo a *Agência Câmara*, o projeto foi aprovado pelos deputados no ano 2000, mas foi alterado em

substitutivo do Senado em 2003, voltando para análise dos deputados.

À época da aprovação deste projeto no Senado, o crime de pirataria era responsável pelo desvio anual dos cofres públicos de cerca de R\$ 250 milhões em impostos. O objetivo era promover alterações na lei para combater a essa prática.

De forma geral, o projeto propõe a transformação de penas de detenção em penas de reclusão. No texto da Câmara, a penalidade varia de 1 a 4 anos e multa, enquanto o Senado propõe 2 a 4 anos e multa e inclui novos crimes cujas penas serão aumentadas. Todas as mudanças são para a Lei 9.279/1996, sobre direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

* Até o fechamento desta edição, os projetos não haviam sido deliberados.

Comissão debate impacto da reforma da Previdência no mercado de trabalho

A COMISSÃO ESPECIAL que analisa a Reforma da Previdência (PEC 287/2016) promove nesta quarta-feira (15) um debate sobre os parâmetros de projeção das contas presentes e futuras do sistema previdenciário. Os deputados querem esclarecer os impactos da reforma no mercado de trabalho, expectativa de vida e crescimento econômico, entre outros temas. O presidente do colegiado, **Carlos Marun (MS)**, se comprometeu a cobrar do governo os dados atuariais sobre como ficaria a Previdência após a reforma.

A proposta altera regras em relação à idade mínima e ao tempo de contribuição para se aposentar, à acumulação de aposentadorias e pensões, à forma de cálculo dos benefícios, entre outros pontos. Os deputados entendem que os cálculos atuariais do governo permitiriam avaliar se os valores pagos são suficientes para atender ao pagamento de aposentadorias e pensões.

Nesta quinta-feira (16), a comissão irá discutir a questão da arrecadação de contribuições para a Previdência. A ideia é

debater as atuais desonerações de contribuições patronais sobre folha de salários, a imunidade de entidades filantrópicas e os benefícios fiscais concedidos a microempresas e microempreendedores individuais. **SEMINÁRIO** – Na terça-feira (14), a comissão especial realizou um seminário internacional para analisar as experiências de outros países na Previdência Social. Ao abrir o encontro, o deputado Carlos Marun agradeceu “aos palestrantes que concordaram em se deslocar de seus países para virem contribuir para que o Brasil possa tomar decisões

corretas e necessárias”.

“Ao final desse processo de contribuições externas, nós, deputados e deputadas, queremos ter uma convicção absoluta a respeito das decisões que tomaremos. Hoje temos a contribuição da experiência de países que viveram e vivem processos semelhantes ao que estamos vivendo”, disse.

Os deputados ouviram os palestrantes do Chile, Canadá, Itália, e representantes do Banco Mundial e da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social para o Cone Sul.

AGENDA & NOTAS

Líderes partidários definem presidência das comissões da Câmara

OS LÍDERES PARTIDÁRIOS decidirão, nesta quarta-feira (15), às 9 horas, no gabinete da Presidência da Câmara, quem e quais partidos presidirão as comissões permanentes da Câmara. A reunião estava

marcada para terça-feira (14), mas acabou sendo adiada por acordo dos líderes.

A eleição dos presidentes dos 25 colegiados, no entanto, foi confirmada e deverá acontecer ainda nesta quarta-feira

(15), possivelmente no período da tarde.

Na legislatura anterior, o PMDB presidiu três colegiados: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), com o deputado **Osmar Serraglio**

(PR), a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), com a deputada **Simone Morgado (PA)**, e a Comissão de Viação e Transportes (CVT), com o deputado **Altineu Côrtes (RJ)**.

Em definição no Senado, as presidências das Comissões Permanentes

NESTA TERÇA-FEIRA (14), quatro comissões permanentes do Senado elegeram presidente e vice-presidente para o biênio 2017-2018. Em todas elas, um acordo entre os líderes da Casa permitiu que a eleição fosse realizada por aclamação. Foram escolhidas as direções da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da

Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o PMDB indicou a senadora **Marta Suplicy (SP)** para presidir o colegiado. A reunião de instalação está marcada para esta quarta-feira (15). O Partido também ficará responsável pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A expectativa desta última comissão

é de que a indicação seja feita pelo PMDB, mas o líder do Partido, senador **Renan Calheiros (AL)**, ainda não se pronunciou oficialmente sobre o assunto.

CCJ – Até agora, apenas a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador **Edison Lobão (MA)**, estava em funcionamento.

As comissões permanentes do Senado fazem a análise prévia de todos os projetos que passam pela Casa, refi-

nando os textos e levando pareceres para votação em Plenário. Em muitos casos, quando a tramitação se dá em caráter terminativo (quando as propostas podem ser enviadas diretamente para a Câmara dos Deputados, sem passar pela análise do Plenário), são elas, as comissões, que tomam a decisão final sobre o destino das propostas. Essas atividades garantem o fluxo do processo legislativo e de aprovação de projetos de lei.

O Brasil e os direitos humanos

*Michel Temer

O BRASIL volta ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. A eleição do país é o reconhecimento da importância de uma das maiores democracias do mundo e do compromisso inequívoco de nossa nação com os direitos humanos.

Trabalharemos ao longo de nosso mandato no conselho, guiados pela Constituição e por demandas da sociedade por um país mais justo.

Honramos esse mandato ao enfrentar, com desassombro, nossos desafios. O Brasil tem problemas, todos reconhecemos. É preciso reconhecer também que, sim, o Brasil enfrenta esses problemas.

Avançamos com base no diálogo e no entendimento de que as soluções são consensuadas, em parceria, pela sociedade e pelo governo. Nosso país estende convite permanente para que todos os relatores especiais da ONU nos visitem – e estamos entre os países do mundo que mais os receberam. Assim deve ser em sociedades democráticas.

A presença do Brasil no Conselho de Direitos Humanos possibilitará apresentar nossa

conjuntura e contribuir para que a comunidade internacional possa dela extrair lições.

Muito se diz acerca do impacto de medidas de austeridade fiscal sobre os direitos humanos. No entanto, pouco se comenta que o custo de economias desorganizadas recai desproporcionalmente sobre os mais pobres. Sabemos, e no Brasil muito agudamente, que a irresponsabilidade no manejo das contas públicas e o populismo fiscal trazem consigo elevado risco.

A situação que vivemos no Brasil é sintomática do impacto da irresponsabilidade fiscal sobre o exercício dos direitos humanos. A crise econômica que agora começamos a superar tem origem sobretudo fiscal.

O desarranjo das contas públicas nos últimos anos levou à maior recessão de nossa história, ao desemprego de cerca de 12 milhões de pessoas. Pôs em sério risco a sobrevivência de programas sociais. Pôs em sério risco a viabilidade de nossos sistemas de educação e saúde.

Essa crise autoinfligida pôs em sério risco, em suma, direitos humanos que são con-

quistas dos brasileiros, alcançadas pelo esforço de gerações.

A verdadeira responsabilidade social pressupõe responsabilidade fiscal. Compromisso efetivo com os direitos humanos requer planejamento, progressos sustentáveis, cuidado com a coisa pública.

Essa postura nos permitiu, ainda em 2016, aumentar o Bolsa Família, depois de dois anos e meio sem reajuste. Permitiu, igualmente, que o orçamento para 2017 trouxesse mais recursos para saúde e educação. Permitiu retomar e ampliar programas como o Fies e o Minha Casa, Minha Vida, cuja sobrevivência vinha comprometida. Permitiu, enfim, ver o início da recuperação econômica.

Essa mesma postura de responsabilidade está por trás de nossa proposta de reforma da Previdência Social. Deixá-la como está não é atitude aceitável e consequente.

Temos dialogado com o Congresso Nacional e com a sociedade brasileira sobre tema que, admita-se, não é fácil. Mas se nada fizermos, os jovens de hoje não terão aposentadoria amanhã. Mais do que isso: os aposentados de hoje já terão seus benefícios em xeque. Propusemos reforma em linha com a

prática em outros países que passaram pela transição demográfica que atravessamos, de forma a buscar a convergência entre regimes, eliminando privilégios. Nosso objetivo é uma Previdência Social sustentável e equânime.

No conselho da ONU, caberá também ao Brasil contribuir para debates internacionais sobre a promoção e a proteção dos direitos humanos no mundo. Em tudo, o que nos anima são os compromissos fundamentais de nosso povo com o respeito à dignidade humana. Nossa posição será sempre a do diálogo sem omissão, não a dos discursos vazios.

Diálogo desarmado para falar de si e engajamento na agenda internacional. Com esse binômio, daremos, no conselho, nossa contribuição. Sempre pautados por sentido maior de responsabilidade com a promoção verdadeira, sustentável e de longo prazo dos direitos humanos no Brasil e no mundo.

**Presidente da República. Foi vice-presidente (governo Dilma) e ocupou por três vezes a presidência da Câmara dos Deputados. Artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo – Tendências e Debates – 10 de março de 2017.*

Eunício Oliveira entrega Prêmio Bertha Lutz em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

NA ÚLTIMA quarta-feira (8), o Plenário do Senado ficou lotado para a entrega do 16º Prêmio Bertha Lutz em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. O presidente do Senado, **Eunício Oliveira (CE)**, presidiu a sessão solene do Congresso Nacional, onde foi entregue o Diploma *Bertha Lutz* a cinco mulheres que, em 2016, contribuíram para a defesa dos direitos femininos e das questões de gênero no país.

“Ainda há muito a ser feito. E é por isso que este dia de homenagens é também um

dia de luta. Luta permanente contra a desigualdade e a violência nas relações de poder entre homens e mulheres, que ainda persiste, apesar dos esforços em contrário”, destacou Eunício.

Em discurso, Eunício reafirmou a necessidade de apoio permanente às iniciativas que tenham como finalidade o fortalecimento de ações voltadas a igualdade e os direitos da mulher. Ao exaltar a atuação de cada uma das cinco agraciadas com o prêmio, o presidente prestou uma homenagem a todas

as mulheres brasileiras.

“Quero homenagear todas as mulheres brasileiras, guerreiras célebres ou anônimas da luta cotidiana pela vida. Hoje, as mulheres, sozinhas, dirigem um em cada quatro lares brasileiros. E ocupam, cada vez mais, postos importantes. São trabalhadoras habilidosas, empreendedoras criativas, artistas, cientistas, sindicalistas e políticas. Com o passar dos anos e com o avanço da sociedade, já podemos assinalar o aumento na escolaridade das mulheres urbanas, o crescimento do nível de ocupação e a ainda tímida, mas já presente, diminuição das históricas e injustas diferenças salariais entre homens e mulheres. Ainda há muito a ser feito. E é por isso que este dia de homenagens é também um dia de luta. Luta permanente contra a desigualdade e

a violência nas relações de poder entre homens e mulheres, que ainda persiste, apesar dos esforços em contrário”, destacou Eunício. **AGRACIADAS** — Na 16ª edição do Diploma Bertha Lutz, foram agraciadas Denice Santiago Santos do Rosário, major da Polícia Militar da Bahia, comandante da Ronda Maria da Penha – dedicada à prevenção da violência contra a mulher; Diza Gonzaga, que após a morte do filho criou a Fundação Thiago Moraes Gonzaga, para promover ações de prevenção à violência no trânsito; Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, embaixadora do Brasil na República da Sérvia; Raimunda Luzia de Brito, professora universitária e ex-presidente do Coletivo de Mulheres Negras do Mato Grosso, e a jornalista e escritora Tati Bernardi.

Representantes da indústria acreditam em 2017 positivo para o país

NESTA TERÇA-FEIRA (14), o presidente **Michel Temer** recebeu no Palácio do Planalto os presidentes do Conselho Nacional Serviço Social da Indústria (Sesi), **João Henrique de Almeida Sousa**, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), **Robson Braga de Andrade**, e das federações estaduais do setor para debater infraestrutura, medidas econômicas e demandas locais.

Os representantes da indústria veem as reformas, especialmente a trabalhista e a da

Previdência, como essenciais para a retomada do crescimento. “As providências que o presidente Michel Temer vem tomando ao longo do seu mandato haverão de dar resultado muito positivo para a indústria e, em consequência, muito positivo para o Brasil”, afirmou o presidente do Sesi, que também é presidente da Fundação Ulysses Guimarães no Piauí e secretário-executivo nacional da Fundação.

Esse é o quinto encontro entre o presidente Temer e o empresariado dos estados.

Nessa reunião, quatro estados foram representados: Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Tocantins. Em entrevista ao Portal Planalto, Sousa adiantou que outros dois encontros ocorrerão para que empresários de todo o país apresentem sugestões ao presidente.

Com o Brasil deixando a crise econômica para trás e já com perspectiva da retomada do crescimento, representantes da indústria acreditam em perspectivas “extremamente positivas” para o ano de 2017. Em reunião com

o presidente da República, Michel Temer, eles elogiaram as medidas tomadas pelo governo federal para o País voltar a produzir e a crescer.

“Essas reuniões têm sido muito produtivas, têm sido boas para os empresários que ouvem de viva voz o presidente da República mostrar o que está fazendo pelo Brasil”, afirmou o presidente do Sesi. De acordo com ele, outro tema debatido no encontro foi a regularização de terras no Brasil. (Com informações do Portal Planalto)

Michel Temer sanciona lei que regulamenta rateio de gorjetas

O PRESIDENTE **Michel Temer** sancionou nesta segunda-feira (13) o projeto de Lei 252/2007, que regulamenta a proposta para a cobrança e distribuição de gorjetas. A lei, aprovada no Congresso Nacional, foi sancionada sem vetos e entra em vigor nos próximos dois meses.

Com isso, a medida altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) quanto

ao rateio das gorjetas. A lei considera como gorjeta não só os valores pagos de maneira espontânea pelos clientes, como também o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados.

A forma de distribuição desses recursos deve ser definida em convenção ou acordo coletivo, ou ainda pela assembleia

dos trabalhadores.

Os empregadores devem anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no contracheque de seus empregados o salário contratual fixo e o percentual percebido, e a média dos valores das gorjetas referente aos últimos doze meses.

Além disso, se depois de mais de um ano cobrando as gorjetas o empregador de-

cidir deixar de cobrá-las, o valor médio das gorjetas arrecadadas deverá ser incorporado ao salário dos garçons.

Nos restaurantes, bares, hotéis, motéis e estabelecimentos similares em que houver mais de 60 funcionários, será formada uma comissão de empregados para fiscalizar a cobrança e o rateio das gorjetas.

As empresas que descumprirem os acordos de pagamento estarão sujeitas ao pagamento de multa. (Portal Planalto)

Expediente

BOLETIM MOVIMENTO É UMA PRODUÇÃO DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PMDB.

DIAGRAMAÇÃO: Zoltar Design
TIRAGEM: 1500 exemplares

PERIODICIDADE: Semanal

ENDEREÇO: Câmara dos Deputados, Edifício Principal sala T6, Brasília - DF

FONE: (61) 3223-7003

EMAIL: acs@fugpmdb.org.br

www.pmdb.org.br

